A EDUCAÇÃO, A GLOBALIZAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE

SIMONE GONZAGA BONFIM COSTA

RESUMO
Globalização e digitalização conectam o mundo. Como resultado, as culturas se misturam, as economias crescem e a comunicação acelera. O mundo se torna cada vez mais complexo e incerto. Além dessas tendências, a humanidade está alterando o clima, os animais e as paisagens do planeta de maneiras sem precedentes e ameaçando toda a vida na Terra. Dados esses desenvolvimentos globais, os alunos têm uma demanda crescente por educação que vai além do ensino de conhecimentos e habilidades apenas para encontrar um emprego. Acima de tudo, os estudantes precisam de novas perspectivas para entender o mundo em rápida mudança em que vivem. Além disso, eles precisam participar desse mundo. Muitos deles também querem ajudar a reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e criar sociedades inclusivas. Para realizar essa ambição, é necessária uma nova abordagem para a educação e seu avanço para o Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização; Digitalização; Ensino Superior

INTRODUÇÃO

A mudança só acontece por meio de grupos, equipes ou comunidades que são mobilizadas em torno de uma causa comum. Para se tornarem líderes em sustentabilidade, os alunos precisam inspirar seguidores, negociar com os oponentes, construir alianças e se comunicar através das culturas. Portanto, eles precisam aprender sobre tópicos como trabalho em equipe, parcerias, liderança, democracia ou participação.

Nesse sentido, o papel da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é conseguir que os alunos possam pensar e agir por si e com outros para trabalhar em um mundo mais sustentável. Para isso, os alunos precisam ser capazes de pensar e agir de forma crítica, holística e colaborativa.

Mas como você consegue esses resultados de aprendizagem? É por isso que esse conceito requer um tipo diferente de abordagem pedagógica.

A sociedade atual, embora muitas vezes não tenha bem claro de que tipo de educação seus jovens necessitam, já não está mais indiferente ao que ocorre nos estabelecimentos de ensino. Não apenas exige que a escola seja competente e demonstre ao público essa competência, com bons resultados de aprendizagem pelos seus alunos e bom uso de seus recursos, como também começa a se dispor a contribuir para a realização desse processo, assim como a decidir sobre os mesmos.

Portanto, a escola e a família compartilham a responsabilidades pela educação das crianças e jovens, mas cabe à equipe gestora se esforçar para trazer os pais para o ambiente escolar, promovendo meios para isso.

As constantes mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no mundo requerem que a escola esteja atenda às exigências impostas pelo novo modelo de sociedade. Na atualidade, as instituições escolares estão passando por vários desafios e mudanças, tornando-se relevantes para elas, aspectos como inovação, desempenho, competitividade e produtividade.

A Universidade, como instituição social, precisa acompanhar as mudanças da sociedade e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de pensar e de atuar com autonomia, compreendendo e redefinindo os objetivos do processo de socialização.

Compreende-se também, a necessidade de se considerar os conhecimentos prévios do aluno, com finalidade de prepará-lo para pensar e agir democraticamente em uma coletividade nem sempre democrática.

De acordo com Delors (1999):

A educação necessária para o século XXI deve assentar-se sobre princípios educacionais associados à educação contínua e permanente, permitindo ao aluno aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

É importante ressaltar que a democratiza-

ção efetiva da educação é promovida não apenas pela gestão da educação, conforme definido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96). O essencial é despertar o processo educacional e o ambiente escolar pelas mais altas qualidades de ensino, a fim de que todos busquem na educação métodos para desenvolver os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para participar de modo efetivo e consciente do processo de democratização da educação.

A Universidade e seus profissionais devem cada vez mais investir em conhecimento e socializá-lo para que a organização escolar aumente sua capacidade de criar e de inovar, já que conhecer novas perspectivas, iniciativas e modelos mentais possibilitam ao gestor escolar mudar seu olhar em relação a situações atuais. A alienação deixa de fazer parte de seu cotidiano e passará, então, a compreender processos e culturas que permeiam o ambiente educacional.

O conhecimento da História da Educação possibilita aos gestores à construção de uma escola mais coerente com o seu projeto políticopedagógico, tornando-a um instrumento para a construção de uma sociedade justa, humana e solidária.

É preciso pensar na história baseada na concepção de totalidade, procurar inserir a escola num contexto real, verdadeiro, fazendo-a comprometida e construtora do conhecimento transformador (Silveira, 2005). Além do mais, a história da educação pode instrumentalizar o gestor escolar com fundamentos teóricos, para que ele reflita sobre seu papel social e político na escola pública bem como indicar que os educadores, em geral, são os protagonistas dessa construção.

Para Lombardi, (2005):

Trata-se, certamente de um desafio ao mesmo tempo político e pedagógico do qual não é possível ao gestor se esquivar, visto ser inerente ao cargo por ele exercido, cujo enfrentamento, uma vez assumido o legitimará, para a relevância social do papel que lhe cabe no interior da instituição escolar.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) estabelece que o diretor de escola deva ser educador qualificado para o cargo, preocupação que já existia desde 1930.

Se, no âmbito da sociedade em geral, a democracia é entendida como um processo político, econômico e cultural, em que existe um "vínculo entre o povo e a nação" (Gramsci, 1977, 1740), essa prática precisa ser construída e vivida no cotidiano das instituições escolares, tornando-se assim, um processo de envolvimento político da comunidade escolar e, por suas características, um processo de produção de conhecimentos e de emancipação social e política.

A educação é um desdobramento da política e implica a compreensão dos projetos educacionais que as classes sociais pretendem conservar ou instaurar, as diversas formas de administrar as instituições educacionais e as suas implicações nos processos de organização, como se pode observar a seguir na visão de Ganzeli (2005).

Freire resume de maneira bastante expressiva a importância da gestão democrática na construção de uma identidade escolar autêntica:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (1996, p.126)

A participação proporciona mudanças significativas na vida das pessoas; elas passam a se sentirem responsáveis quando percebem que têm objetivos em comum. Contudo, a democratização da escola depende dos gestores do sistema a que a escola se vincula, da equipe diretiva, do desejo e empenho dos professores em participar da tomada de decisões, além da criação de acessos de participação de pais, estudantes e funcionários.

A escola que todos desejamos não deve ser uma utopia, mas uma realidade democrática e de qualidade, devidamente organizada para atender às características diferenciadas de crianças, jovens e adultos, com materiais e equipamentos suficientes.

A proposta pedagógica no Ensino Superior deve valorizar a cultura do sucesso no ensi-

no aprendizagem e na vida profissional, social e familiar de todos. Para implantar essa nova universidade, é necessária uma gestão mais eficiente e moderna, e que novos papeis sejam atribuídos aos gestores para que o país possa cumprir o preceito constitucional de garantir toda a educação universitária com qualidade e equidade.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) exige a redefinição de responsabilidade dos vários sistemas de ensino e novas incumbências da escola: como tarefas, funções ou atribuições para promover o fortalecimento gradativo de sua autonomia. Para isso é necessário optar pela gestão democrática, possibilitando à escola maior grau de autonomia e garantindo o pluralismo de ideia e concepções pedagógicas, com o objetivo de melhorar o nível de educação escolar oferecida.

Ensinar e aprender, hoje, não se limita ao trabalho dentro da sala de aula. Implica modificar o que fazemos dentro e fora dela, no presencial e no virtual, organizar ações de pesquisa e de comunicação que possibilitem continuar aprendendo em todo o ambiente escolar.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A evolução histórica da educação brasileira passou por rupturas marcantes, e se estabelece até hoje tendo em vista alcançar padrões internacionais, constituído socialmente.

A chegada dos portugueses às terras brasileiras é um marco histórico para a educação sistematizada no Brasil. Não há como negar que os povos nativos possuíam formas de ensino, uma vez que a cultura e os hábitos eram aprendidos desde a mais tenra idade pelas crianças encontradas à época. No entanto, não há registros de um sistema educacional formalizado.

A educação sistematizada no Brasil teve início com o movimento jesuíta, onde padres portugueses da Ordem dos Jesuítas passaram a dedicar seu tempo a educação religiosa dos nativos. Pelas diferenças culturais, foi necessário ensinar primeiramente a língua portuguesa e elementos básicos da cultura europeia como o uso de roupas por exemplo (ALVES, 2005). Esse padrão europeu, não anula o fato de que os nativos já possuíam técnicas e maneiras de fazer a educação.

Foi Tomé de Souza, que seguindo ordens do D. João III, trouxe os padres da Companhia de Jesus com intuito de propagar a fé católica. Dado o abismo encontrado entre indígenas e jesuítas afim de estabelecer a conversão, foi necessária a adaptação do ensino, ou seja, a sistematização da educação por meio de colégios e missões espalhadas pelo litoral do Brasil se fez necessária para que os indígenas aprendessem não somente o cristianismo, mas também a língua e os costumes de Portugal.

Com a chegada ao Brasil dos primeiros jesuítas em 1549, surgiram as primeiras atividades de educação sistematizada na colônia. Diante desta nova realidade, surge também as primeiras leis na área de educação no Brasil.

Regida pela Igreja Católica, a educação era oferecida por padres jesuítas dos quais se destacam inicialmente como educadores os padres Manoel da Nóbrega, Vicente Rodrigues e Antônio Vieira. Quinze dias após desembarcarem em terras brasileiras, os jesuítas criaram a primeira escola nestas terras. O mestre era o Irmão Vicente Rodrigues e quem comandava as obras era o Padre Manoel da Nóbrega.

Na Bahia, Vicente, ministrava aulas de catecismo, e alfabetizava os nativos, tendo sido o primeiro professor da Companhia. Irmão Vicente foi o primeiro português a ensinar pelo modelo de educação europeia no Brasil e por mais de 50 anos se dedicou ao ensino da cultura e da religião do Velho Mundo aos que aqui estavam.

O objetivo dos Jesuítas no Brasil era catequizar e difundir a fé católica, no entanto, tendo em vistas as dificuldades impostas pela barreira linguística e cultural, não seria possível pregar o catolicismo sem antes alfabetizá-los. Diante desta realidade, além da religião também aprendiam a ler e escrever.

A instrução jesuítica teve início Salvador e logo avançou rumo ao sul do país, sendo que em 1570 existiam escolas de Educação Elementar em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga e colégios no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

O regulamento válido para todas as escolas jesuíticas era um documento escrito por

Inácio Loyola, o Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu que significa Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus.
Com a primeira edição em 1599, o Ratio Studiorum, foi um conjunto de normas e principios que regulamentava as práticas da educação jesuítica. O método, ordenava as atividades, as funções e a avaliação das escolas da Companhia de Jesus. Antes de 1599, os colégios jesuítas, funcionavam segundo os Ordenamentos de Estudos, regimento interno, utilizado como inspiração e modelo da Ratio Studiorum. O documento era constituído por um conjunto de 467 regras, que cobriam todas as atividades de ensino da Companhia, assim com a função de seus agentes e de todos que estivessem diretamente ligados à educação pedagógica.
O ensino Jesuítico não estava limitado apenas a alfabetização. Além da alfabetização, os colégios jesuítas ofereciam cursos de Letras e Filosofia, tendo caráter secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, direcionado àqueles que desejavam tornarem-se sacerdotes.
O curso de Letras oferecia o ensino de Gramática Latina, de Humanidades e Retórica, enquanto no curso de Filosofia eram estudadas Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.
O modelo de educação Jesuítica prevaleceu no Brasil por 210 anos tendo fim em 1759, com a expulsão dos jesuítas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Ao ser expulsa, a Ordem possuía em território brasileiro aproximadamente 35 missões, 25 residências, 36 e quase 20 colégios e seminários. Havia também seminários pequenos e escolas de primeiras letras funcionando em todas as cidades por onde a Companhia passou no Brasil.
A Família Real voltou a Portugal em 1821, e em 1982, o Príncipe D. Pedro I Proclama a Independência do Brasil. O país deixa de ser uma colônia portuguesa e passa a ser um império, tendo sido D. Pedro I o primeiro imperador do Brasil.
Antes da constituição, em 1823, devido à falta de professores, foi instituído o Método Lancaster. Consistia no ensino mútuo, onde um aluno devidamente treinado, o decurião, ensinava grupos de até 10 alunos, os decúrias. O processo se dava sob a vigilância rígida de um inspetor.
Em 1824 é apresentada a primeira Constituição Brasileira. Outorgada em 25 de março de 1824, a Carta Magna, garantia a unidade do território brasileira e dividiu o governo em quatro poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e o Poder Moderador, este último era exercido pelo imperador e lhe dava direito a intervir nas decisões dos outros poderes. O Art. 179, parágrafo 32 desta Lei Magna dizia que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos e que em colégios e em universidades deveriam ofertar o ensino de ciências, letras e das artes.
Durante a abertura do Parlamento em 1826, um decreto determinou que a educação fosse dividida quatro graus, o primeiro, chamado de “Pedagogias”, correspondia à instrução primária; o segundo, chamado de “Liceus”, era equivalente ao que hoje conhecemos como ensino profissionalizante; o terceiro, “Ginásios”, ofertavam a educação secundária; e o quarto, as “Academias”, eram referentes ao Ensino Superior.
A Lei de 15 de outubro de 1827, determina entre outras coisas que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, devia haver escolas de primeiras letras. Ainda neste documento é determinado que os salários dos professores sejam equivalentes as circunstâncias e os locais das aulas; que nas capitais das províncias ou em locais populosos, as escolas seriam de ensino mútuo e que essas escolas deveriam ser equipadas com materiais apropriados, custeados pelo Governo. Para serem instrutores em escolas mutuas, os professores deveriam arcar com os gastos necessários para sua formação. Segundo esta lei caberia ao professor, ensinar a ler, escrever as quatro operações de matemática prática, frações, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria, a gramática e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica.
O Ato Adicional à Constituição de 1934 estabelece as províncias deveriam administrar o ensino primário e secundário. Em 1935, é aberta a primeira Escola Normal em Niterói. Apesar do investimento e do planejamento, a educação no Brasil continuou a apresentar baixos resultados.

Embora o Imperador afirmasse que, se não fosse Imperador se tornaria um Mestre-Escola, seu amor pela educação não foi suficiente para elevar a educação nacional a resultados satisfatórios. O sistema de educação brasileiro continuou defasado, não suprindo a necessidade da população.

Uma nova política de educação começou a tomar corpo com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, com Francisco Campos, que constituiria como ministérios dos mais conscientes de sua ação administrativa.

A revolução de 1930 foi um marco na história do capitalismo no Brasil, uma vez que pela primeira vez em sua história havia capital interno para investir. Essa rede de investimentos, trouxe uma nova realidade para o país exigindo cada vez mais, mão de obra especializada, e a obtenção dessa mão de obra veio de investimentos na educação.

O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, sanciona em 1931 decretos para a melhor organização da educação secundária e para a criação de universidades brasileiras. Os decretos de 1931 foram conhecidos como Reforma Francisco Campos.

A Constituição de 1934, determinou que a educação é um direito de todos devendo ser responsabilidade da família e do Estado.

Em 1942, são estabelecidas reformas em alguns ramos da educação, tendo estas Reformas recebido o nome de Leis Orgânicas do Ensino, compostas por Decretos-Lei que criaram entre outras coisas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI oferecendo o ensino profissionalizante. O idealizador destas reformas foi o Ministro Gustavo Campanema.

A Constituição de 1946, foi outorgada após o fim do Estado Novo. Esta Carta Magna, teve o texto mais democrático até então, e nas áreas da educação determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e que a legislação sobre diretrizes e bases da educação deveria ser da União.

Além disso, a Nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

A educação brasileira sofreu um duro golpe durante o Regime Militar. Apresentando um caráter antidemocrático, tinha por objetivo confirmar sua proposta de governo. Durante este período, professores foram presos, torturados e demitidos, muitos tendo recorrido ao exiílio, afim de manterem-se vivos.

Houve invasões a universidades, além da prisão arbitrária e tortura de estudantes em confrontos com a polícia, alguns foram mortos. O Decreto-lei 477, fechou a União Nacional dos Estudantes (UNE) e calou professores e alunos.

Foram criados neste período, os exames vestibulares classificatórios, já que houve grande expansão universidades no Brasil. O objetivo do exame era acabar com os excedentes, que apesar de notas altas, não encontravam vagas, devido à falta de vagas no Ensino Superior.

Com a intenção de erradicar o analfabetismo, os militares criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que utilizava a didática de

Paulo Freire. O projeto não alcançou sucesso e foi extinto dando espaço para a Fundação Educar.

Em meio ao período mais sangrento a Ditadura Militar é instituída a Lei nº 5.692, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em 1971, que teve como característica marcante a educação por meio da formação profissional.

Após o fim do Regime Militar, todos os esforços políticos se voltaram ao esquecimento dos “anos de chumbo” pelos quais o Brasil havia passado. Neste cenário, a educação passou a ser trada num sentido mais amplo, tendo participação ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento. Neste momento, a educação deixa de ser somente o simples processo ensino-aprendizagem para tornar-se parte da vida dos educandos. A partir da nova Constituição, o deputado Octávio Elísio encaminhou um Projeto de Lei para uma nova LDB à Câmara Federal em 1988. Apesar de várias manifestações de legisladores no sentido de criar uma nova LDB, somente em 1996, o Deputado Darcy Ribeiro consegue a aprovação de seu projeto que consolida as Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUSTENTÁ-

VEL

Uma educação de boa qualidade é uma ferramenta essencial para alcançar um mundo mais sustentável.

De acordo com Freire (1987):

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para sua construção. O ato de educar se constitui no processo em que um aprende com o outro na convivência, se transformando de forma espontânea, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência (FREIRE, 1987).

A educação para o desenvolvimento sustentável promove o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, compreensão, valores e ações necessários para criar um mundo sustentável, que garanta proteção e conservação ambiental, promova a equidade social e incentive a sustentabilidade econômica.

O conceito de Educação Sustentável se desenvolveu amplamente a partir da educação ambiental, que buscou desenvolver conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e comportamentos nas pessoas para cuidar de seu ambiente.

O objetivo da Educação Sustentável é permitir que as pessoas tomem decisões e realizem ações para melhorar nossa qualidade de vida sem comprometer o planeta. Também visa integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos e níveis de aprendizagem.

Existem vários temas-chave na Educação Sustentável e, embora o foco dominante esteja nas preocupações ambientais, ele também aborda temas como alívio da pobreza, cidadania, paz, ética, responsabilidade em contextos locais e globais, democracia e governança, justiça, direitos humanos, igualdade de gênero, responsabilidade corporativa, gestão de recursos naturais e diversidade biológica.

É geralmente aceito que certas características são importantes para a implementação bem-sucedida da Educação Sustentável, refletindo a importância igual do processo de aprendizagem e dos resultados do processo educacional.

Para promover a Educação Sustentável, a Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014, (DESD) foi adotada pela Assembleia Geral da ONU com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), designada como a principal agência de promoção em todo o mundo. A década busca uma visão global ‘de um mundo em que todos tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e aprender os valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável e para uma transformação social positiva.

Exatamente por ser a Educação Ambiental uma atividade formal e informal, é que é necessário a escola se preocupar em promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade de vida. O reflexo desse trabalho educacional ultrapassa os muros escolares, atingindo circunvizinhanças e, sucessivamente, a cidade, a região, o país.

Sabe-se que atualmente existe uma grande preocupação em relação ao meio ambiente e por isso pensamos em algumas etapas que direcionam a aprendizagem à respeito do meio ambiente.

A partir de 10 mil a.C, a agricultura trouxe impactos negativos para a natureza com os desmatamentos.

Com este desmatamento, teve muita extinção da fauna e flora, queimadas, contaminação do solo e água, abundancia de material orgânico e erosão. (MUCELIN, 2004).

Por meio de atividades que gerem uma preocupação ambiental pode se ensinar a criança a construir brinquedos fazendo uso de recicláveis, como os exemplos que demonstramos nesse projeto.

Entende-se que atualmente há um grande consumo de produtos recicláveis e ao utilizarmos com o intuito de recicla-los podemos colaborar para o meio ambiente de forma significativa.

A ciência, o meio ambiente e a educação são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade que busca preservar a vida, uma vez que o cuidado com o meio ambiente se tornou uma questão de sobrevivência para a sociedade atual. Desta forma, a escola não pode estar alheia aos problemas e às

questões ambientais. A escola precisa considerar a importância da educação ambiental na formação do cidadão e sensibilizar o aluno a buscar valores que leve à preservação e o cuidado com o meio ambiente.
Educação para o desenvolvimento sustentável significa incluir as principais questões de desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem; por exemplo, mudanças climáticas, redução de riscos de desastres. biodiversidade, redução da pobreza e consumo sustentável.
Ele também requer métodos participativos de ensino e aprendizagem que motivem e capacitem os alunos a mudar seu comportamento e tomar medidas para o desenvolvimento sustentável.
A educação para o desenvolvimento sustentável promove consequentemente competências como pensamento crítico, imaginação de cenários futuros decisões de forma colaborativa.
A educação para o desenvolvimento sustentável exige mudanças de longo alcance na forma como a educação é praticada hoje em dia.
O desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade humana é altamente dependente de boa educação. A educação em diversas formas e contextos múltiplos fornece os meios pelos quais cada geração passa sua cultura, descobertas, sucessos e fracassos para a próxima.
Sem educação inter geracional, muito pouco no contexto humano pode ser sustentável. A educação também é importante para formular, desafiar e disseminar ideias, conhecimentos, habilidades e valores nas comunidades, desde jovens a não tão jovens, e entre comunidades, nações e continentes.
A educação é identificada como um elemento-chave das estratégias focadas na sustentabilidade em muitos contextos e níveis em que a educação é fundamental para alcançar consciência, valores e atitudes ambientais e éticas.
Desenvolveremos assim, as competências e valores que conduzirão a avaliar e repensar de outra forma as suas atitudes diárias e as suas consequências no meio ambiente em que vivem.
Possuindo a capacidade de tornar nossos alunos sensibilizados e conscientes a essa nova visão sobre o ambiente, eles mesmos se tornarão educadores ambientais em suas casas e em seus meios de convívio, tornando desta forma, esse processo em uma sequência de ações benéficas, a vida, a natureza ao futuro.
Para que a educação ambiental tenha uma prática significativa necessita-se partirmos desde a educação da família até o ambiente escolar.
Sugere-se que sejam realizados trabalhos com reciclagem aos quais tenham a colaboração da família por meio de recolhimentos de itens recicláveis, como as garrafas pets, muito bem usadas, como para fazer sofás, mesas, cadeiras, entre outros. As caixas de leite podem ser utilizadas para realização da confecção de casas de brinquedo, por exemplo.
Os primeiros acontecimentos sobre educação ambiental se falavam de eco desenvolvimento, que optava em preservação dos sistemas naturais, partindo da certeza que a natureza pode acabar.
Com o passar dos anos, foi-se aprimorando a ideia de que o sistema natural pode ser utilizado desde que com consciência.
Assim nasceu o nome de sustentabilidade. Da mesma maneira, a legislação brasileira passou por transição sobre o tema educação ambiental até chegar ao termo de escola sustentável.
De acordo com Santos (1994, p. 27):

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera, quando praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca grande mudança na história humana da natureza. Agora, com uma tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

Segundo Preceitua o Programa Nacional de Educação Ambiental, a Escola Sustentável, tem como ideia, deixar o programa de educação ambiental apontados para os valores humanos, para que se possa contribuir com a participação da população na concretização da população sustentável.

O Brasil é um país muito grande, dessa forma, a educação ambiental nas escolas públicas e privadas dispõem de dedicação dos governos: federal, estadual e municipal, para disponibilizar o projeto para cada ambiente, e também, dar treinamento aos educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de 'educação sustentável', um termo que sugere não apenas um simples complemento de conceitos de sustentabilidade para algumas partes do currículo, mas uma mudança cultural na maneira como vemos a educação e o aprendizado.

A educação também fornece os meios pelos quais as sociedades podem consolidar e perpetuar, ou sustentar, modos de conhecer, ser e fazer que podem nutrir economias ou sociedades ou comunidades individuais, mas podem não ser sustentáveis em outros aspectos.

O conceito de sustentabilidade exige que consideremos longos períodos de tempo, estabilidade ambiental e as necessidades de pessoas em diversos lugares e de habitantes não humanos do planeta.

A Educação para a Sustentabilidade visa criar consciência e conhecimento das questões de sustentabilidade, mas também desenvolver estudantes e universidades capazes de pensar criticamente, inovar e fornecer soluções para padrões de vida mais sustentáveis.

Conclui-se que a educação para a sustentabilidade, com seguimento no Ensino Superior desenvolve o conhecimento, as habilidades, os valores e as visões de mundo necessárias para que as pessoas ajam de maneiras que contribuam para padrões de vida mais sustentáveis. Permite que indivíduos e comunidades reflitam sobre maneiras de interpretar e se envolver com o mundo.

A educação para a sustentabilidade é orientada para o futuro, com foco na proteção de ambientes e na criação de um mundo mais ecológico e socialmente justo por meio de ações informadas. Ações que apoiam padrões de vida mais sustentáveis requerem consideração dos sistemas ambientais, sociais, culturais e econômicos e de sua interdependência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

BELTRÃO, Tatiana. Escola em tempo integral começa a avançar no Brasil. Jornal do Senado. Brasília, p. 4-5. 24 fev. 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/507190/20150224.pdf?sequen. Acesso em: 04 jan.2025.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Governo Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 jan.2025.

BRASIL. Ministério da Educação Parecer CNE/CEB nº 7: diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: Governo Federal, 2010. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 04 dez.2025.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (temas transversais) terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Educação: uma perspectiva para o século XXI. São Paulo: Canção Nova, 2008.

DELORS, Jackues. Educação: um tesouro a descobrir. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

DONELLA, Meadows. "Conceitos para se fazer Educação Ambiental" - Secretaria do Meio Ambiente, 1997.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL MEC, Coordenação "A implantação da Educação Ambiental no Brasil", 1998.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

GANZELI, Pedro. Administração e Gestão da Educação: elementos para discussão. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Org) et al.

Estudo, Pensamento e Criação. Campinas, SP: Graf. FE, 2005, vol. II - 3v, p. 13.

GONÇALVES, C. W. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. (Org). Pensando e praticando a educação ambiental praticando a educação ambiental. Brasília: Ibama, 2002.

JACOBI, Pedro (coord.). Pesquisa sobre problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de São Paulo. São Paulo: Cedec/SEI, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Morais, 1992.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 4. ed. (T beres necessários à Educação do Futuro rad. Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya) São Paulo/ Brasília: Cortez/ Unesco, 2001. 118p.

SÃO PAULO. Currículo na escola e Modelo de gestão de desempenho das equipes escolares: ensino integral. Caderno do Gestor. v. 1, 2009. Disponívelem:<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/portals/18/arquivos/ca derno_gestor_final_red.pdf>. Acesso em 3 jan.2025.

SANTOS, B. de S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) Sociedade e Estado em transformação. São Sociedade e Estado em transformação Paulo: Unesp, 1999.